

A Desigualdade Econômica Regional Brasileira: Comparativo Estadual¹

Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt

Colegiado de Economia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil – E-mail: pauloerberhardt@yahoo.com.br

Jandir Ferrera de Lima

Colegiado PGDRA/PGE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil – Bolsista PQ-CNPQ. Pesquisador associado do CRDT (CA) e GRIR (CA). E-mail: jandir.lima@unioeste.br

Lucir Reinaldo Alves

Colegiado de Economia e PGDRA, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil e Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Portugal – E-mail: lucir.alves@unioeste.br

Tatiani Sobrinho Del Bianco

Colegiado de Economia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil – E-mail: Tatiani.sdelbianco@gmail.com

Resumo: Esse artigo analisa a desigualdade econômica regional no Brasil por meio da comparação do nível de desenvolvimento dos estados brasileiros, entre 2010 e 2021. Para isso, foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) utilizando variáveis econômicas e sociais. Os resultados demonstraram que em 2010 os estados de Roraima, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal estavam em um nível de desenvolvimento econômico mais avançado que outros estados brasileiros. Em 2021, o número de estados classificados como Avançados no estágio de desenvolvimento econômico regional aumentou. Os resultados obtidos também são reflexos dos eventos conturbados do período analisado. Destaca-se que as elaborações de trabalhos nesse escopo podem contribuir para que estados e municípios formulem políticas públicas mais eficientes e que sejam capazes de combater ou mitigar os problemas que travam o desenvolvimento regional e local brasileiro.

Palavras-Chave: Economia brasileira; Economia Regional; Desenvolvimento Econômico.

THE BRAZILIAN REGIONAL ECONOMIC INEQUALITY: STATE COMPARISON

Abstract: This paper analyzes regional economic inequality in Brazil by comparing the level of development of Brazilian states between 2010 and 2021. For this purpose, the Regional Economic Development Index (IDER) was created using economic and social variables. The results showed that in 2010 the States of Roraima, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo and the federal district were at a more advanced level of economic development than other Brazilian states. In 2021, the number of states classified as advanced in the regional economic development stage increased.

Key Words: Brazilian Economy, Regional Economy; Economic Development.

¹ Resultados parciais de pesquisa financiada com recursos da Fundação Araucária (FAP-PR) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Correspondência dos autores: UNIOESTE- Colegiado de Economia, Rua da Faculdade 645, Jd. Santa Maria, 85903-000-Toledo (PR), BRASIL.



1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a desigualdade econômica regional no Brasil por meio da comparação do nível de desenvolvimento dos estados brasileiros, entre os anos de 2010 e 2021.

A história econômica brasileira é permeada por uma economia regional baseada em especializações regionais, desigualdades econômicas e o uso intensivo dos recursos naturais. Por exemplo: no Brasil do século XIX, o crescimento econômico e o avanço da ocupação do território marcaram a dispersão do desenvolvimento industrial em diferentes regiões do país. O que explica essa realidade foi que o início da industrialização estava baseado no uso intensivo dos recursos naturais e uma população dispersa em vastas extensões de terra. Porém, a partir do século XX, o processo de industrialização se concentrou nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, fazendo do espaço centro sul o principal eixo de acumulação do capital e de incorporação do progresso técnico, acentuando as disparidades regionais (SZMRECSÁNYI, 2002).

De acordo com Diniz e Campolina (2007), Souza e Ferrera de Lima (2010) o processo de industrialização acentuou a concentração regional e fortaleceu a economia do estado de São Paulo (SP), fazendo com que nos anos de 1970 o estado tivesse 44% do Valor da Transformação Industrial (VTI) e 26% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. No início do século XXI, a participação no Valor da Transformação Industrial de São Paulo se reduziu para 26%, indicando o fortalecimento de outras regiões do país. A mudança no perfil da concentração das atividades produtivas se deve às externalidades negativas da aglomeração na área metropolitana de São Paulo, a formação de externalidades positivas de economias de aglomeração no interior do Brasil, incentivos fiscais e a formação de novas infraestruturas (energia, transportes, telecomunicações); expansão da fronteira agrícola e a mobilidade da população em direção as novas áreas de ocupação no interior do país.

Apesar dos avanços na desconcentração industrial, o espaço Centro-Sul do Brasil (Regiões Sudeste e Sul) ainda concentra mais de 50% da riqueza nacional, e o espaço Centro-Norte (Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste) começa a retomar seu dinamismo. Além disso, a área mais dinâmica do espaço Centro-Norte está baseada na extração de recursos naturais e no turismo, sem transformação expressiva na maior parte do território (MIN, 2007). Mais recentemente, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) lançada pelo governo federal em 2003, trouxe à tona a discussão em torno da redução das disparidades regionais no Brasil. A PNDR marca uma nova postura proativa do Estado brasileiro como indutor do desenvolvimento econômico. Para Raiher (2012), Raiher e Ferrera de Lima (2009) e Piacenti (2009) a ação e os investimentos do Estado no desenvolvimento dos municípios e regiões periféricas são primordiais para o fortalecimento do capital humano e das condições de vida. Quanto maiores os investimentos estatais no desenvolvimento humano, maiores serão as condições para o desenvolvimento endógeno das regiões. Porém, sem a presença efetiva de condições sociais, os investimentos na base produtiva não terão condições de sustentar as taxas de crescimento econômico ao longo do tempo.

Frente ao exposto, colocam-se alguns questionamentos: Quais os estados com o desenvolvimento econômico regional mais avançado no Brasil? Qual o perfil das desigualdades regionais no Brasil? Assim, esse estudo fornece elementos para se compreender os obstáculos que impedem maior desenvolvimento dos estados brasileiros que se destacam pelo baixo nível de progresso socioeconômico.



2. Desenvolvimento regional: aspectos teóricos e metodológicos

Entre as décadas de 1950 e 1960, as discussões acerca do desenvolvimento regional receberam influências diretas das chamadas teorias do desenvolvimento econômico, buscando contribuir com as discussões e respostas sobre o porquê as nações podem lançar mão de mecanismos para superar a pobreza (pós-guerra) e alcançar o desenvolvimento econômico. Como reflexo, houve uma ampliação das teorias nesse período, baseadas no crescimento e o desenvolvimento econômico das nações. Para tanto, diversos teóricos se propuseram a estudar a dinâmica regional com o propósito de esclarecer sua problemática, indicando soluções para a superação do atraso. Entre estes teóricos, pode-se destacar François Perroux, cuja análise estimulou uma gama de estudos convergentes acerca da dinâmica regional, ou seja, os motivos que levam ao vigor ou estagnação do processo de acumulação em uma região (OLIVEIRA, 2021).

Para Perroux (1977; 1982), Furtado (2000) e Haddad (2009), o desenvolvimento econômico é localizado e envolve três características, quais sejam: a primeira, o surgimento de atividades econômicas motrizes, ou seja, capazes de estimular outras atividades e transformar todo o conjunto da economia. Essas atividades geram interdependências técnicas (*linkages*) com outras atividades que participam em cadeia do processo produtivo, gerando efeitos sobre as estruturas de produção e sobre a demanda. O segundo, mudanças de mentalidade, o que está ligado ao fortalecimento do capital humano, social e institucional. E, terceiro, um processo de transformação das estruturas sociais, fortalecendo as condições de mobilidade entre as classes sociais através da distribuição da renda.

Já a interpretação de Rostow (1978) foca na necessidade de se ultrapassar seis etapas para o desenvolvimento econômico, que criam várias modificações na sociedade, tais como mudanças sociais e políticas, que ao final do processo conduziriam a formação de um mercado interno sustentado pelo consumo massivo da população. Essas etapas relacionadas pelo autor são: a sociedade tradicional (produção agrícola, baixa tecnologia); pré-condições para o arranco (melhoria da inovação tecnológica, produção com excedente para o comércio externo); arranco (disseminação tecnológica, investimentos e aumento de poupança, modernização agrícola); a marcha para a maturidade (diminuição do desemprego, taxa de crescimento da produção supera a do crescimento demográfico, exportação de tecnologias); e a era do consumo em massa (aumento da urbanização, aumento da qualidade de vida e do bem-estar).

Furtado (1987) critica a interpretação das etapas ou estágios de desenvolvimento econômico, pois ela não leva em consideração as relações inter-regionais e aos aspectos históricos ligados a formação das economias subdesenvolvidas, tais como o colonialismo, as discrepâncias no comércio exterior e as diferenças entre a incorporação das inovações tecnológicas. Além disso, para Kuznets (1983, 1986), o crescimento de uma região está atrelado também ao crescimento das outras regiões, pois as regiões não coexistem sozinhas e sim associadas umas as outras. Esses seriam os aspectos internacionais do crescimento econômico; assim como o desenvolvimento econômico regional também é interdependente.

Na mesma linha, Hirschman (1961) salienta que as regiões retardatárias passam por um momento não espontâneo de desenvolvimento, ou seja, as regiões retardatárias sofrem o



efeito de forças centrípetas oriundas de regiões mais avançadas. Esse mesmo autor ainda ressalta a necessidade de se pensar o desenvolvimento em cadeia. Ou seja, determinadas atividades, geralmente as industriais (que em muitas regiões é o principal gargalo econômico, pois em muitas não há transformação da produção local), conseguem gerar encadeamentos produtivos para frente e para trás. O encadeamento para trás é fruto de um crescimento autônomo de um determinado setor, motivado basicamente por causa de um novo investimento ou pelo aproveitamento da capacidade produtiva previamente existente.

Esse encadeamento induz o crescimento de outros setores a ele relacionados, devido principalmente às pressões de demanda. Já os encadeamentos para frente, o motivo de sua ocorrência é a existência de um aumento da produção de um determinado fator que provoca a elevação da produção de outros setores em virtude do excesso de oferta do produto do setor inicial. Assim, as pressões de demanda impulsionam, através dos encadeamentos, o crescimento de diversos outros setores relacionados. Dessa forma, quanto mais uma atividade for capaz de gerar encadeamentos, melhores serão os reflexos ao desenvolvimento.

Importante ressaltar que o setor industrial não é o principal indutor do desenvolvimento de uma região. Porém, quando se analisa o setor produtivo a transformação da produção, ou seja, o setor industrial, pode se tornar um gargalo se a região não conseguir agregar valor aos seus produtos primários. Portanto, uma cadeia produtiva é um conjunto de atividades econômicas, articuladas em uma sequência no processo produtivo, em que um produto é crescentemente elaborado/transformado na tentativa de agregação de valor. Essas atividades podem ser organizadas entre firmas, a partir do que são estabelecidas relações de compra e de venda.

A especialização produtiva pode ser obtida também pela ocorrência da aglomeração industrial. Especialmente Marshall (1982) tratou sobre os benefícios advindos das economias de aglomeração. Esses benefícios são visualizados pelas externalidades resultantes desse processo, quais sejam: pela possibilidade oferecida por um grande mercado local de viabilizar a existência de fornecedores de insumos com eficiência de escala; pelas vantagens decorrentes de uma oferta abundante de mão de obra; e, pela troca de informações que ocorre quando empresas do mesmo setor se aglomeram.

Assim, as constantes mudanças na economia fizeram com que as teorias que as caracterizam também fossem repensadas, reformuladas ou superadas, elevando a um novo conceito e a uma nova forma de interpretação acerca dos resultados da indústria mediante a análise de suas estruturas operacionais e organizacionais. Ressalta-se ainda que, o processo de industrialização provocou transformações diretas e indiretas no espaço e no cotidiano das cidades ou regiões em que este é implantado. Neste interim, ao se tratar do processo de industrialização, deve-se refletir acerca das mudanças ocasionadas mediante a implantação de um parque fabril e as consequências desta implementação em regiões peculiares, tal como ocorrido com a região amazônica, por exemplo, em vista da instalação do Polo Industrial de Manaus no final da década de 1960, bem como a transformação de uma cidade com características rurais para urbana (SILVA, LUCAS E OLIVEIRA, 2021).

Neste contexto, a especialização regional (que proporciona um grau de competitividade maior à região) não deve ser pensada como uma monoatividade da região. Pelo contrário, as regiões devem apresentar multi-especializações, ou seja, especializações produtivas em várias atividades. A multi-especialização produtiva tende a refletir-se em uma melhor distribuição de renda e empregos, melhorando o influxo da renda, a qualidade de vida



e a competição mercantil regionais. Assim, a multi-especialização regional, a integração econômica e a diversificação produtiva são três movimentos que sintetizam a divisão regional do trabalho e a ampliação dessa divisão social do trabalho dentro da reprodução ampliada do capital, que culmina em um maior grau de desenvolvimento regional.

Frente ao exposto, Oliveira (2005) afirma que a desigualdade regional se acentua quando as forças centrípetas se sobrepõem às forças centrífugas, ou seja, as regiões que possuem maior poder de atração de investimentos possuem maior desenvolvimento que as regiões que possuem condições adversas à acumulação do capital. Segundo Haddad (2009), cabe ao Estado, através de políticas públicas eficazes, estimular as condições para a acumulação do capital e o aproveitamento das condições tangíveis e intangíveis das regiões. A concepção de desenvolvimento, em seu conceito mais amplo, envolve o bem-estar geral da sociedade.

Por isso, a produção *per capita* se torna relevante pela necessidade de mensurar a produtividade dos habitantes da região. Porém, ela não é uma referência ideal quando se mensura as condições de vida. Para Kuznets (1983, 1986), o aumento do produto das regiões subdesenvolvidas não implica que as mesmas atinjam o desenvolvimento no curto prazo. O produto *per capita* é uma medida da capacidade de satisfação determinada por metas da sociedade não do seu desenvolvimento econômico pleno. Por isso, para se mensurar o grau e estágio de desenvolvimento das sociedades, deve-se levar em consideração outros indicadores, tais como de desenvolvimento humano e social.

2.1 Mensurar o desenvolvimento regional: aspectos metodológicos

O grau de desenvolvimento socioeconômico regional pode ser estimado e detectado através do Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER), tendo como referência os estudos de Gualda (1995; 2003), Oliveira (2005) e Wang (2007). Consequentemente, utilizando o IDER foi feito um estudo sobre o perfil de indicadores econômicos e sociais nos estados brasileiros e como estes afetam o desenvolvimento regional do país.

A estimativa do Índice de Desenvolvimento Regional (IDER) teve sua base no índice proposto por Gualda (1995; 2003). O autor usou dados sociais e econômicos e seu impacto sobre a dinâmica regional para estimar o perfil do desenvolvimento regional. Além dos estudos de Gualda (1995; 2003) também foram utilizados o estudo de Oliveira (2005) e Wang (2007) como base metodológica.

O Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) foi construído a partir dos indicadores econômico (IE) e social (IS) e sintetiza o estágio dos estados quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico. A área de abrangência da análise foram os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal. A partir dos dados levantados de cada estado brasileiro foi construído o IDER, para dois períodos, medindo a dispersão de cada estado em relação ao desempenho médio nacional. O ano 1 se refere a 2010 e para o ano 2 foi utilizado o ano mais recente encontrado para cada variável. Várias variáveis foram encontradas para o ano de 2021, portanto o ano 2 será considerado como 2021. O cálculo dos indicadores utiliza as variáveis expostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER)

Dimensão Social (IS)	Descrição	Fonte
Abastecimento de água	% de municípios do estado com serviço de abastecimento de água	IBGE
Anos de estudo	Média de anos de estudo	IPEA
Lazer	Despesa por função - desportos e lazer per capita	Ministério da Fazenda
Energia Res	Consumo de energia per capita em MWh	Ministério de Minas e Energia
Pobres	Proporção de domicílios extremamente pobres (%)	IPEA
Conservação	Proporção da área das unidades de conservação em relação à área da Unidade da Federação (%)	Ministério do Meio Ambiente
Leitos	Leitos a cada 100.000 hab.	DATASUS
Médicos	Médicos a cada 100.000 hab.	DATASUS
Educação	Despesa por função - educação e cultura per capita	Ministério da Fazenda
Dimensão Econômica (IE)	Descrição	Fonte
Emprego	% da população com emprego formal	RAIS
ICMS	Valor arrecadado como % da arrecadação total	Ministério da Fazenda
Transf. União	Transferências da União per capita	Ministério da Fazenda
IPVA	Receita de capital – IPVA per capita	Ministério da Fazenda
PIBpc	PIB Estadual per capita	IBGE
FPE	Fundo de participação dos estados per capita	Ministério da Fazenda
Energia Setorial	Consumo de energia comercial e industrial per capita em MWh	Ministério de Minas e Energia

Fonte: Elaboração própria.

As dimensões Social (IS) e Econômica (IE) e o resultado final, no caso o Índice Desenvolvimento Econômico Regional (IDER), foram construídos com base no indicador parcial de cada estado que apresenta o maior valor para cada variável. Isso significa que, se um estado aumentou seu índice em relação ao período anterior, ele obteve aumento proporcional maior que os demais estados para aquela variável.

Para a estimativa do IDER, foram criados índices para cada variável, seguindo a seguinte equação:

$$\text{Índice} = ((V_i - V_{\min}) / (V_{\max} - V_{\min})) * 10 \quad (1)$$



Em que: V_i é o valor de cada estado; V_{min} é o menor valor de cada variável e V_{max} é o maior valor de cada variável. Dessa maneira, o estado que possuir o maior valor em cada variável terá o índice igual a 100 e o estado com o menor valor terá índice 0. O indicador social é a soma de todos os índices referentes às variáveis classificadas como sociais. O indicador econômico é a soma de todos os índices referentes às variáveis classificadas como econômicas. O IDR é a soma dos indicadores social e econômico.

Segundo Wang (2007), esse método para mensurar desenvolvimento regional possui várias vantagens. Não é necessário estipular pesos para cada variável, já que cada peso seria definido arbitrariamente e se houver um conjunto relativamente grande de variáveis, não haverá diferenças significativas entre esse método e o método de componentes principais.

A equação 1 é utilizada para variáveis que se relacionam positivamente com o desenvolvimento, ou seja, quanto maior o valor da variável, maior o desenvolvimento. Entretanto, a variável *Proporção de domicílios extremamente pobres* se relaciona negativamente com desenvolvimento. Para essa variável, utilizou-se a seguinte equação:

$$\text{Índice} = ((V_{max} - V_i)/(V_{max} - V_{min})) * 10 \quad (2)$$

Dessa maneira, o estado federado com maior proporção de domicílios pobres obteve índice 0 e o estado com menor proporção o índice 100. A União Federal utiliza transferência de recursos advindos da arrecadação de impostos para amenizar as desigualdades regionais, alocando para estados mais pobres uma fatia maior desses recursos. Foram utilizadas duas variáveis que refletem essas transferências (transferências da união e fundo de participação do estado). Entretanto, foi optado por usar essas variáveis nos indicadores de forma positiva, ou seja, quanto maior o valor recebido, mais desenvolvido.

Esses indicadores refletem as condições de vida gerais da sociedade. Com a melhora no desempenho dos indicadores econômicos, o estado federado possuirá recursos para investir e melhorar os indicadores sociais. Por exemplo, investimentos em educação e saúde melhoram o desempenho do capital humano, em reflexos na produtividade dos trabalhadores. Com o aumento da produtividade dos trabalhadores, estes adquirirão maiores rendas. Com indústrias aumentando sua produção e empregando uma parcela maior de mão de obra, o governo poderá utilizar essa maior arrecadação de impostos para ampliar o sistema de saneamento e esgoto, aumentar a qualidade dos sistemas de educação e saúde, entre outros.

De acordo com os resultados da equação (1), os estados federados que apresentaram indicadores social, econômico e IDER entre os 25% melhores serão considerados Avançados, ou seja, apresentam uma dinâmica suficiente da sua base produtiva com potencial competitivo e de consumo melhor que os demais estados. Para Melo (2002), essas regiões devem usar de políticas públicas para consolidar esse nível de desenvolvimento. Os estados que apresentaram indicadores entre os 25% maiores e 25% menores foram considerados Em Transição, ou seja, apresentam uma estrutura econômica e social em evolução que faz com que sua dinâmica de crescimento seja menor que as regiões avançadas. Por fim, os estados com indicadores entre os 25% menores foram considerados Retardatários, pois encontram dificuldades em atrair e reter recursos, o que dificulta seu processo de desenvolvimento econômico.

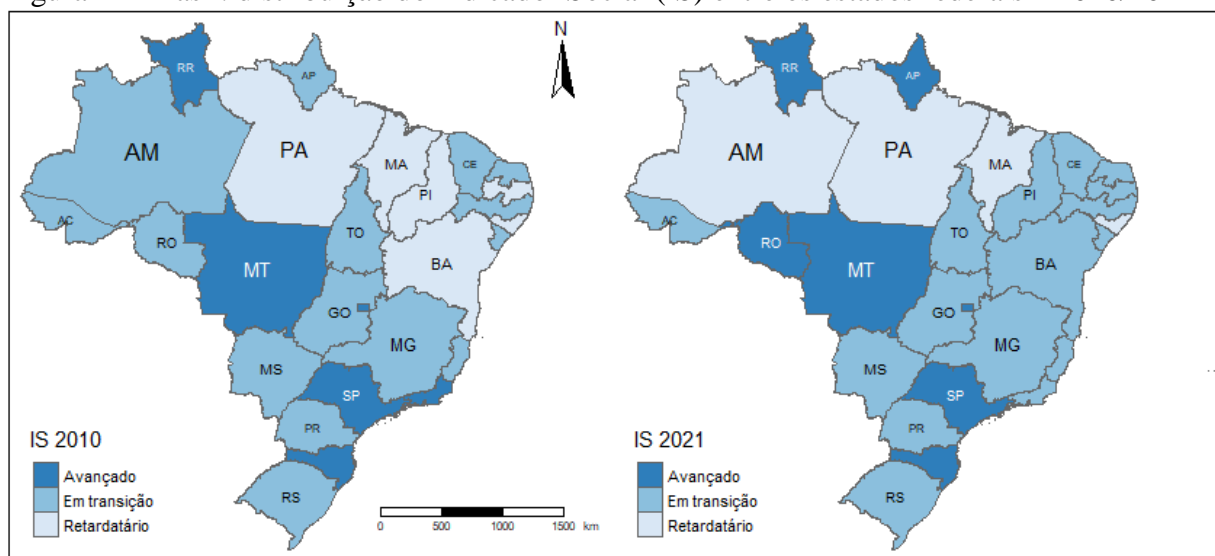
Como os dados refletem um conjunto de variáveis cuja melhoria tem impacto direto na qualidade de vida da população e do desempenho da economia, o avanço no IDER indica

um progresso considerável na base econômica e social dos estados federados, e, conseqüentemente da nação.

3. Evolução dos indicadores sociais e econômicos nos estados brasileiros

Na Figura 1 são apresentados os resultados obtidos acerca da distribuição do Indicador Social entre os estados, durante os anos de 2010 e 2021.

Figura 1 – Brasil: distribuição do Indicador Social (IS) entre os estados federais – 2010/2021



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

Para o ano de 2010, cinco estados conseguiram a classificação de Avançado, sendo eles Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Roraima, além do Distrito Federal. Enquanto o estado de São Paulo foi o estado com mais consumo de energia elétrica residencial e Santa Catarina foi o estado com menos proporção de domicílios extremamente pobres. Roraima está entre os estados com maior porcentagem de municípios com serviço de abastecimento de água e médicos a cada 1000.000 habitantes.

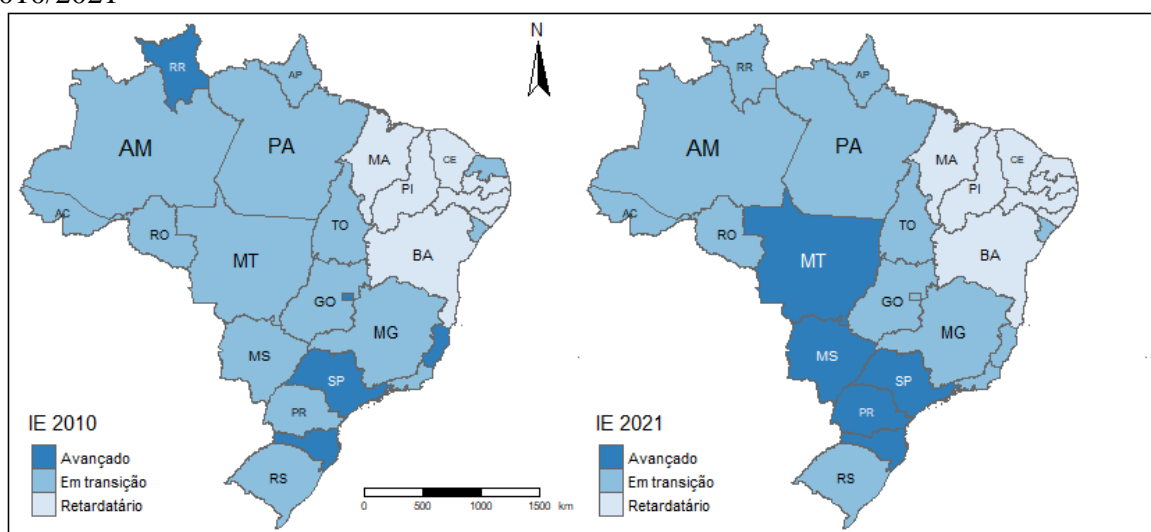
No caso do Rio de Janeiro, o que contribuiu para o estado alcançar o posto de Avançado no indicador social foi 100% dos municípios possuir serviço de abastecimento de água, consumo de energia residencial e ser o estado com maior número de leitos por 100.000 habitantes. Já o Distrito Federal possuía em 2010 a maior média de anos de estudo entre os estados brasileiros, era o estado com maior proporção de área em unidades em conservação e o estado com maior número de médicos a cada 100.000 habitantes. O estado de Mato Grosso foi quem mais alocou recursos financeiros *per capita* com a função de lazer e desportos.

Para o ano de 2021, Rio de Janeiro deixou de ser classificado como Avançado, principalmente pela queda relativa no número de leitos/habitantes o que, conseqüentemente, contribuiu para ele ser o estado que mais retrocedeu no indicador social. Neste interim, passaram a serem Avançados os estados de Amapá e Rondônia, que foram dois estados, fruto do aumento significativo dos seus indicadores sociais entre os dois períodos, inclusive Rondônia foi o estado que mais apresentou melhoras no indicador social entre os dois

períodos. Tocantins e Bahia foram dois estados que também melhoraram de forma significativa seu indicador social, sendo o aumento no número de leitos o principal fator para essa melhora em ambos estados.

Em relação ao indicador econômico (Figura 2), eram classificados como Avançado em 2010 os estados de Roraima, São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo. Entre as variáveis que ajudaram esses estados a serem classificados dessa forma estão: consumo de energia setorial, arrecadação de ICMS e porcentagem de pessoas com emprego formal. Destaca-se que o único estado da região nordeste que não foi classificado como Retardatário no indicador econômico em ambos os períodos foi Sergipe.

Figura 2 – Brasil: distribuição do Indicador Econômico (IE) entre os estados federais–2010/2021



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

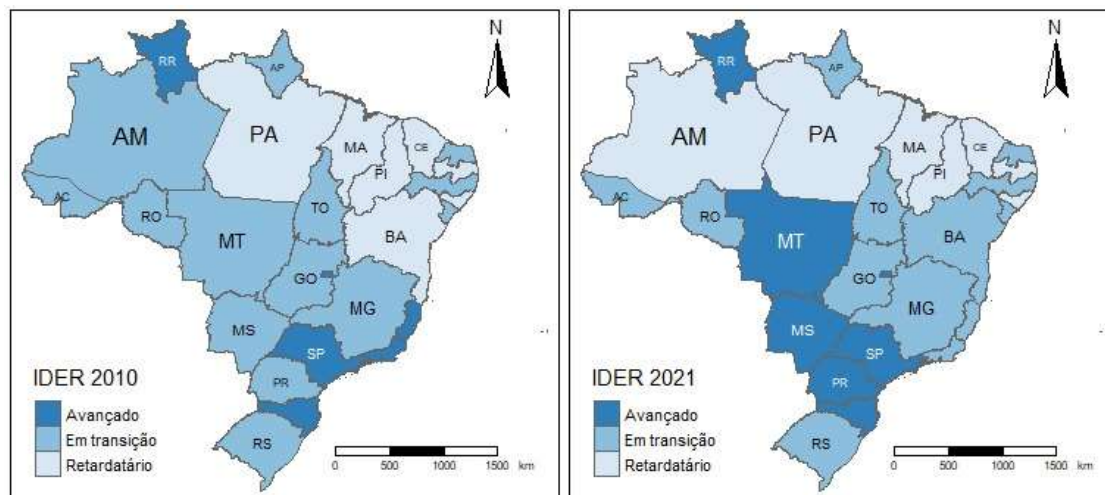
Entre os estados com os maiores avanços no indicador econômico, estão Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, que foi classificado como Em Transição nos dois períodos. Entre os estados que tiveram piora no indicador econômico estão Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. No caso do Rio de Janeiro, ocorreu uma mudança negativa, passando de Avançado em 2010 para Em transição em 2021. Dois dos fatores que contribuíram para essa queda foram arrecadação de ICMS e consumo de energia setorial. Para esses três estados, a crise ocorrida no Brasil entre os anos de 2014 a 2016 explica parcialmente esses resultados, enquanto que os desdobramentos da operação lava-jato sobre a Petrobras podem explicar a piora nos resultados dos Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, já que são dois estados com maior especialização em petróleo no Brasil.

Em relação ao período dois, cinco estados foram classificados como Avançados, sendo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Ambos estados da região Centro Oeste tiveram aumentos no consumo de energia elétrica. O fator que mais contribuiu para a ascensão do Paraná foi arrecadação com IPVA.

4. Evolução e estágio do Índice de desenvolvimento econômico regional no Brasil

O IDER agrega os indicadores social e econômico, então as melhoras ou pioras nesses dois subindicadores serão refletidos no desempenho do IDER (Figura 3).

Figura 3 – Brasil: distribuição do Indicador de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) entre os estados federais – 2010/2021



Fonte: resultados da pesquisa (2023).

O estado do Mato Grosso do Sul melhorou seu indicador econômico e isso se refletiu também em melhora no IDER, passando de Em Transição para Avançado. O mesmo ocorreu com o estado do Paraná. Houve também estados que eram classificados como Avançados nos indicadores social e econômico, o deixaram de ser e isso refletiu negativamente em seus IDERs, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, que foram dois, dos quatro estados que mais retrocederam no IDER, juntamente com Sergipe e Amazonas.

Entre os estados com os maiores aumentos no IDER estão Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Ambos os estados do Centro Oeste avançaram no indicador econômico, enquanto Tocantins melhorou sua posição relativa na arrecadação tanto de ICMS quanto de IPVA. A explicação para Rondônia figurar entre os maiores aumentos no IDER é que esse estado passou a receber mais recursos advindos de transferências da União e do Fundo de Participação dos Municípios, o que foi considerado como positivo na construção do IDER.

Vale salientar que os resultados referenciaram o posicionamento de Henrique (2019). Segundo esse autor, o desenvolvimento dos variados setores evoluiu conforme há o progresso tecnológico e científico, contribuindo com a melhoria dos métodos e meios de produção, evoluindo em produtividade e expandindo os limites da produção local. Vale salientar, a existência de três pontos particulares para esse cenário: a taxa de investimento que necessita expandir-se; o setor manufatureiro básico que tem o compromisso de se consolidar; as instituições formais e informais que devem ser atuantes e assumirem papel fundamental para que haja avanço em direção aos próximos estágios de desenvolvimento e crescimento das economias.



5. Conclusão

O objetivo desse estudo foi analisar a desigualdade econômica regional no Brasil por meio da comparação do nível de desenvolvimento dos estados brasileiros, entre 2010 e 2021. Para isso, foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) utilizando variáveis econômicas e sociais. O IDER foi aplicado para os 26 Estados e o Distrito Federal pertencente ao país. Ao todo foram utilizadas 16 variáveis, sendo nove sociais e sete econômicas. O período escolhido compreendeu vários problemas ao qual influenciaram os resultados dos indicadores, de ordem institucional, político e econômico, como o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, a crise econômica de 2014-2016 e a operação Lava-Jato.

As variáveis econômicas refletem o nível de crescimento econômico atingido pelo estado, porém elas não são suficientes para determinar se uma região é desenvolvida ou não. Por isso, foram adicionadas variáveis que mostraram o nível de desenvolvimento social do estado. A partir da junção das variáveis econômicas e sociais foi então possível determinar o estágio de desenvolvimento regional.

Os resultados do IDER mostraram a desigualdade existente nos estados, principalmente no indicador econômico. Apesar disso, alguns estados brasileiros, como o Acre apresentou melhora no indicador econômico, mas variáveis sociais problemáticas. Os resultados do IDER apontaram também que os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão fortalecendo sua economia em um ritmo maior em relação aos outros estados do país.

Os estados que conseguiram um IDER classificado como Avançado, nos dois períodos foram: Roraima, Santa Catarina e São Paulo. Apesar de São Paulo manter o IDER classificado como Avançado, em 2021 a magnitude do Índice caiu em relação ao ano de 2010. Isto significa que seus indicadores estão evoluindo em um ritmo mais lento do que os demais estados.

Os estados que foram considerados Avançados possuem uma dinâmica econômica e social que permite continuar a melhorar seus indicadores econômicos e sociais. Essa estrutura existente é essencial para a melhoria da atual capacidade de criar uma sociedade com maior oferta de bens e serviços com qualidade de vida para a população.

Os Estados denominados Em Transição e Retardatários devem usar de seus recursos humanos e institucionais para promoção de ações para diminuir os entraves existentes e identificar as aptidões desses estados para estimular um desenvolvimento endógeno. Os resultados dessa pesquisa podem contribuir para que esses estados formulem políticas públicas para melhorar seu desenvolvimento econômico e social.

Como sugestão de pesquisas futuras, fazer o cálculo do IDER para os municípios do Brasil e realizar o mapeamento da situação econômica e social pode contribuir para estados e municípios formularem políticas públicas mais eficientes e que combatam os problemas que travam o desenvolvimento regional e local brasileiro.



6. Referências

DINIZ, C. C.; Campolina, Bernardo. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. **Revista EURE**. Santiago, v. 33, n. 998, p. 27-43, 2007

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. São Paulo: Contraponto, 2009.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico- estrutural**. 3º Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 17º Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GUALDA, N. L. P. IDR – Proposta Metodológica. **Texto para Discussão**. Programa de Mestrado em Economia - PME. Universidade Estadual de Maringá, 1995.

GUALDA, N. L. O Índice de Desenvolvimento Regional como fator de identificação de pólos de crescimento regionais - uma tentativa de identificação para a economia paranaense. In: II Encontro de Economia Paranaense, 2003, Maringá. **Anais ...** Maringá: TAC - Multimídia, p. 566-583, 2003.

HADDAD, P. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 35, n. 3, p. 119-146, 2009.

HENRIQUE, J. da S. As diferentes etapas do desenvolvimento econômico Paranaense. **Informe GEPEC**, v. 23, n. 2, p. 139–155, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i2.22458. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22458>. Acesso em: 25 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de Maio. 2010.

KUZNETS, S. Crescimento Econômico e Desigualdade de Rendimento. In.: SILVA, Manuela (Org.) **Desenvolvimento econômico e repartição do rendimento**. Lisboa: Estampa p. 21-50, 1983.



KUZNETS, S. **Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

MIN-Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** (Sumário Executivo). Brasília: IICA/MIN, 2007.

OLIVEIRA, C. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: um enfoque da nova geografia econômica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 2, p. 93-116, maio/ago. 2005.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PERROUX, F. **Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?** Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1982.

PERROUX, F. Nota sobre a noção de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jaques. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, p. 145-155. 1977.

PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios Paranaenses**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada – Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2009.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. <http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais>. Último acesso em 17 de Agosto. 2010.

RAIHER, A. P. Os Determinantes da Localização Industrial por Nível Tecnológico no Paraná: Ênfase no Capital Humano. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 2, p. 18–35, 2012. DOI: 10.48075/igepec.v15i2.5682. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/5682>. Acesso em: 18 jul. 2023



RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios Paranaenses. **Informe GEPEC**, v. 13, n. 2, p. 121–137, 2009. DOI: 10.48075/igepec.v13i2.1880. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1880>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SILVA, M. L. A. e; LUCAS, M. M. B.; OLIVEIRA, M. L. de. Teorias do desenvolvimento regional: o modelo Zona Franca de Manaus e a 4ª Revolução Industrial. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 2, p. 107–124, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i2.26512. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26512>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SOUZA, E. L.; FERRERA DE LIMA, J. A desconcentração industrial na Região Sul do Brasil. **Revista de Economia Mackenzie**. v. 08, n. 01, p. 04-25, 2010.

SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 22, n. 2, 2002.

WANG, X.. Who's in first? A regional development index for the people's republic of China's provinces. **ADB Institute Discussion Paper** n 66. 2007.